



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

RESOLUÇÃO Nº 05/2024

Dispõe sobre os procedimentos de gestão administrativa relacionados à apuração e à aplicação de sanções administrativas às proponentes, licitantes e contratadas, no âmbito CORE-SP.

O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo – Core-SP, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação dos procedimentos relativos à apuração de infrações e eventuais aplicações de sanções administrativas às pessoas físicas e jurídicas proponentes, licitantes e contratadas, no âmbito do Core-SP;

CONSIDERANDO o Manual de Sanções anexo, elaborado de acordo com o previsto nos artigos 155 a 168 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

CONSIDERANDO, no que couber, o estabelecido na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013;

CONSIDERANDO a aprovação da Resolução nº 2.086/2023 pelo Plenário do Confere;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Core-SP, na presente data,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Manual de Sanções anexo, objetivando a aplicação de sanções administrativas às proponentes, às licitantes e às contratadas no âmbito do Core-SP, com efeitos a partir da presente data.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

São Paulo, 22 de março de 2024.


José Luiz Abrantes Pereira
Diretor-Presidente



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

ANEXO

MANUAL DE SANÇÕES

CAPÍTULO I – DO PROCEDIMENTO

Art. 1º. A apuração de infrações e eventuais aplicações de sanções administrativas às proponentes, licitantes e contratadas, no âmbito do Core-SP, deve observar os parâmetros estabelecidos nesta Resolução.

§1º. Todo procedimento de apuração de infrações observará os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, contraditório e ampla defesa, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

§2º. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) dar causa à inexecução total do contrato;
- IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, contratação direta ou a execução do contrato;
- IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§3º. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Resolução as seguintes sanções:

- I) advertência;
- II) multa;
- III) impedimento de licitar ou contratar;
- IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§4º. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II) as peculiaridades do caso concreto;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

- III) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Art. 2º. Os fiscais do contrato deverão atestar em documento de acompanhamento mensal o cumprimento ou inadimplemento dos requisitos contratuais, bem como ao registro de todas as ocorrências, com posterior encaminhamento ao gestor do contrato.

§1º. Ocorrendo inadimplemento na execução contratual, os fiscais dos contratos deverão buscar soluções amigáveis e convenientes à Administração e, não sendo possível, deverão comunicar de forma descritiva e detalhada ao gestor do contrato.

§2º. A comunicação mencionada no parágrafo anterior deverá conter as seguintes informações:

- I) indicação do descumprimento contratual;
- II) descrição da cláusula contratual e/ou dispositivo legal descumprido;
- III) consequências e impacto do inadimplemento para o Core-SP;
- IV) valor dos danos financeiros, eventualmente suportados pelo Core-SP;
- V) medidas adotadas anteriormente pela fiscalização para solucionar eventuais irregularidades, prevenindo possíveis prejuízos;
- VI) outras informações pertinentes à compreensão do caso.

§3º. A ausência de uma das informações acima elencadas deverá ser devidamente justificada pelos fiscais do contrato.

Art. 3º. Quando o inadimplemento ocorrer durante o processo licitatório, a comunicação será feita pelo pregoeiro, pelo agente da contratação ou pela comissão de contratação, que deverá apontar o comportamento do licitante, a norma jurídica violada e os prejuízos causados para o regular prosseguimento do certame pretendido pelo Core-SP.

Art. 4º. O gestor do contrato, o pregoeiro, o agente de contratação, a comissão de contratação ou o requisitante encaminhará comunicação interna ao Coordenador-Geral informando a ocorrência de fatos que possam implicar na imposição de penalidade administrativa.

Parágrafo Único. A comunicação a que se refere o *caput* deste artigo deverá relatar a conduta reputada censurável e estar instruída com a documentação pertinente, devendo indicar o processo administrativo a que se relaciona, quando já formalizado o ajuste, bem como informar se existem outras averiguações em curso para o mesmo objeto e decisões já exaradas.

Art. 5º. Analisada a comunicação de que trata o art. 4º, a Coordenadoria-Geral opinará, conforme o caso:

- I) pela instauração do procedimento apuratório;
- II) pela realização de diligência(s);
- III) pelo arquivamento.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

Parágrafo único. Após análise jurídica, o processo administrativo seguirá para apreciação do Diretor-Presidente da Entidade, que, entendendo pelo prosseguimento, o enviará ao Setor de Contratos.

Art. 6º. Instaurado o procedimento apuratório, o interessado será notificado pelo Setor de Contratos para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, ocasião em que poderá solicitar a juntada de documentos e requerer diligências. Caso o fundamento legal do procedimento enseje impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, será aplicado o procedimento do art. 158 da Lei n. 14.133/21.

§1º. A notificação deverá conter obrigatoriamente:

- I) o número do processo administrativo a que se refere;
- II) a finalidade de possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- III) o prazo para resposta;
- IV) as normas legais e as cláusulas contratuais infringidas;
- V) as possíveis penalidades administrativas;
- VI) o endereço eletrônico e do protocolo do CORE-SP para apresentação de defesa;
- VII) a lista de outros documentos pertinentes.

§2º. Far-se-á a notificação por meio eletrônico, por via postal ou por qualquer outro meio que assegure a ciência do interessado, na pessoa do seu preposto ou Representante Legal.

§3º. Considera-se válida a notificação encaminhada para o endereço fornecido pela parte contratada/licitante, inclusive endereço eletrônico, ainda que não recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao Core-SP.

§4º. Caso, na fase licitatória, não seja disponibilizado endereço pela licitante, a notificação será remetida ao endereço constante no Sicaf.

§5º. A notificação será publicada no Diário Oficial da União (DOU), nas situações em que a contratada/licitante tenha mudado de endereço ou se recuse a receber a notificação, momento em que começará a contar o prazo para apresentação da defesa.

Art. 7º. A resposta do interessado deverá ser, preferencialmente, encaminhada em meio eletrônico ao endereço de e-mail do Core-SP ou, não sendo possível, entregue ou encaminhada ao Protocolo do Core-SP.

Parágrafo único. Quando a resposta for encaminhada por via postal, será considerada a data do carimbo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT no envelope para verificação dos prazos.

Art. 8º. Apresentada a defesa pelo interessado, o órgão demandante se manifestará sobre o alegado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a partir do seu recebimento pelo Core-SP.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

Art. 9º. Finalizada a instrução, caso haja deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o Setor de Contratos promoverá a intimação do interessado para apresentação de alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 10. Decorrido o prazo previsto no artigo anterior, independentemente da apresentação de alegações finais, a Procuradoria do Core-SP elaborará parecer conclusivo e encaminhará para a autoridade competente que decidirá, motivadamente, pela aplicação de penalidade administrativa ou pelo arquivamento do procedimento.

Parágrafo único. O extrato da decisão referida no *caput* será publicado no Portal da Transparência do Core-SP, com a indicação do número do procedimento, nome da pessoa física ou jurídica a qual foi aplicada a sanção, os fundamentos que a ensejaram e a penalidade aplicada.

Art. 11. O interessado será intimado para ciência da decisão e do início do prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de recurso, o qual será dirigido à autoridade prolatora da decisão administrativa e será dotado de efeito suspensivo.

§1º. Aplicam-se aos recursos o disposto no artigo 6º e seus § 1º e § 2º desta Resolução.

§2º. A autoridade competente do Core-SP, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso para apreciação do órgão Plenário do Core-SP, que decidirá o recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, exaurindo a instância administrativa com a sua manifestação.

§3º. A penalidade aplicada será registrada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da aplicação da sanção, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como publicizada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

§4º. O extrato da decisão recursal será publicado no Portal da Transparência do Core-SP, na forma do art. 10, parágrafo único, desta Resolução.

§5º. O recurso não será conhecido quando interposto intempestivamente, por quem não tenha legitimidade e interesse em recorrer, assim como quando interposto após o esgotamento da esfera administrativa.

§6º. Decidido o recurso, o interessado será intimado para ciência nos moldes dos parágrafos 2º e 3º do art. 6º.

Art. 12. No caso de aplicação de multa, o interessado será intimado para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do trânsito em julgado administrativo da decisão, sob pena de adoção das medidas administrativas cabíveis.

§1º. Feito o recolhimento da multa, a pessoa jurídica ou física sancionada apresentará o comprovante de pagamento, cabendo ao gestor do contrato, após confirmação do Departamento de Contabilidade, atestar o pagamento integral do valor da multa imposta.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

§2º. Caso não haja pagamento, a multa e as eventuais indenizações ao erário serão deduzidas do valor de pagamento devido pela Administração ao contratado, se houver. Caso o valor seja insuficiente, a sanção de multa poderá ser descontada da garantia relativa ao objeto contratado, sem prejuízo de cobrança direcionada pela Procuradoria do Regional.

Art. 13. Os Termos de Referência, Editais de licitação e os ajustes celebrados pelo Core-SP deverão prever as sanções aplicáveis, de modo discriminado e objetivo, relacionando, sempre que possível, um rol exemplificativo de ocorrências correspondentes a cada tipo de penalidade, observado o grau de reprovabilidade da conduta e seus efeitos, assim como os antecedentes do interessado, inclusive em relação a outros órgãos da Administração Pública.

Art. 14. As sanções também deverão observar os seguintes parâmetros, conforme a espécie:

- I) A advertência será aplicada nos casos em que a infração cometida for considerada leve, assim compreendida a de reduzido grau de reprovabilidade e prejuízo.
- II) As multas calculadas na forma do edital ou do contrato, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superiores a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- III) O impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, pelo prazo de até três anos, será aplicável nos casos elencados nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do §2º do Art. 1º desta Resolução.
- IV) A declaração de inidoneidade será imposta às proponentes, licitantes e contratadas que praticarem condutas altamente reprováveis, elencadas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do, §2º do art. 1º desta Resolução. A referida penalidade será aplicada no âmbito da Administração Direta e Indireta de todos os entes federados pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos;
- v) as multas, quando previstas no Edital e no Contrato, poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente com qualquer outra penalidade:
 - a) quando verificado prejuízo pecuniário;
 - b) na hipótese de reincidência;

Art. 15. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a autoridade que aplicou a sanção, desde que cumpridos, cumulativamente, os requisitos constantes nos incisos e parágrafo único do art. 163 da Lei 14.133/21.

Art. 16. As condutas elencadas no artigo 1º, §2º, serão apenadas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme tabela a seguir descrita, observado o art. 13, parte final, desta Resolução:

| CONDUTA PRATICADA PELO LICITANTE OU CONTRATADA | DOSIMETRIA APLICÁVEL | REINCIDÊNCIA | AUTORIDADE COMPETENTE |
|--|-------------------------|---|--------------------------|
| Dar causa à inexecução parcial do contrato | Advertência | Multa de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado | Coordenador-Geral |



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

| | | | |
|--|---|--|--------------------|
| Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo | Multa de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado | Impedimento de até 3 (três) anos | Coordenador-Geral |
| Dar causa à inexecução total do contrato | Multa de 20% a 30% do valor do contrato licitado | Impedimento de até 3 (três) anos | Coordenador-Geral |
| Deixar de entregar a documentação exigida para o certame | Impedimento de até 1 (um) ano | Impedimento de 1 (um) até 3 (três) anos | Coordenador-Geral |
| Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado | Impedimento de até 1 (um) ano | Impedimento de 1 (um) até 3 (três) anos | Coordenador-Geral |
| Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta | Impedimento de 4 (quatro) meses até 1 (um) ano | Impedimento de 1 (um) até 3 (três) anos | Coordenador-Geral |
| Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado | Impedimento de 2 (dois) meses até 1 (um) ano | Impedimento de 1 (um) até 3 (três) anos | Coordenador-Geral |
| Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato | Inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos | Inidoneidade de 4 (quatro) até 6 (seis) anos | Diretor-Presidente |
| Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato | Inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos | Inidoneidade de 4 (quatro) até 6 (seis) anos | Diretor-Presidente |
| Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza | Inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos | Inidoneidade de 4 (quatro) até 6 (seis) anos | Diretor-Presidente |
| Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação | Inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos | Inidoneidade de 4 (quatro) até 6 (seis) anos | Diretor-Presidente |
| Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 | Inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos | Inidoneidade de 4 (quatro) até 6 (seis) anos | Diretor-Presidente |

CAPÍTULO II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As licitações e contratos firmados sob a égide das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 observarão o disposto no artigo 191, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

Art. 18. Os casos omissos e dúvidas surgidas durante o processamento serão analisados pelos Setores de Contratos e de Licitações deste Regional.

São Paulo, 22 de março de 2024.



José Luiz Abrantes Pereira
Diretor-Presidente